
MESA REDONDA

O ‘sertão’ no espaço econômico da mineração •

Ângelo Alves Carrara
UFOP

Ao favorecer atividades voltadas para o abastecimento das minas, a produção e a circulação do ouro patrocinaram a integração de regiões geograficamente distintas, e criaram no Brasil um espaço econômico próprio que desbordou dos distritos mineradores. Obviamente, não é posto aqui em questão o fato de que o “centro de condensação” (PRADO Jr., 1951) situava-se nos núcleos mineiros. Todavia, *o palco da vida econômica mineira* comportava muitos cenários, e não apenas os *vales sombrios rodeados por altas montanhas* (TORRES, 1944: 26). Pretendeu-se, antes, escapar à investigação restrita às áreas mineradoras e compreender a extração de ouro e diamantes como responsável por coseduras inter-regionais, e pela conformação das estruturas agrárias de largas porções do planalto central do Brasil, ainda mesmo no período de declínio da atividade mineratória.

Num esboço provisório, excluídas a área original da mata atlântica, podem ser-lhe fixados os limites nas linhas traçadas imaginariamente entre Salvador, Pilão Arcado, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. O território assim demarcado, contudo, apresenta-se recortado por diversas regiões com produções específicas. O mapa que acompanha a lista das freguesias que compunham os termos permite melhor compreensão da distribuição geográfica.

Duas áreas devem ser logo identificadas: as minas e os sertões.

1. AS MINAS

Não cabe aqui repetir uma história por tantos e por tantas vezes contada. A última forma ao relato dessa ‘história inaugural de Minas’ é devida a Diogo de Vasconcelos (1904), que, à guisa de uma quase epopéia, descreveu a descoberta das lavras à minúcia própria dos relatos desse gênero – os nomes corretos, as datas

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “1736: História, espaço e economia”, apresentada no dia 22 de julho de 1996.

precisas. Diogo corrigiu os relatos que lhe antecederam desde o século XVIII; mais que isso: redatou as certidões de nascimento dos povoados mineradores.

O torvelinho a que as descobertas do ouro lançaram os primeiros imigrantes, Antonil já relatara. Mais preciso que ele, Pedro Leolino Mariz, investido da quase totalidade dos cargos em Minas Novas (Juiz Privativo dos Ausentes, Provedor da Real Fazenda, Superintendente Geral e Mestre de Campo Comandante das Minas da Capitania da Bahia), chegado poucos meses após a descoberta das Minas Novas, informava que encontrara aquele *agreste sertão, sem viveres e sem abrigo algum, povoado improvisadamente de gente quase indômita e menos reverente à Justiça, sendo a desta qualidade a que primeiro se move para qualquer parte em que os convida a conveniência* (BN, Div.Mss, 15, 2, 35; doc. 13). Em 1728, no ano da descoberta, estimava população em sete mil habitantes: *um numeroso congresso de gente em tão má ordem (...) regido pela vontade de cada um (...) a maior parte banidos e falidos*. Como ocorria em toda parte, no primeiro momento a excessiva carestia de mantimentos provocada pela acentuada e repentina demanda, obrigava à importação de farinha de milho e de mandioca das demais regiões de Minas. Além disso, repetiu-se também aí o movimento de retorno da maior parte dos que para o Fanado emigraram.

Descortinado o horizonte mineratório até 1700, as regiões onde situavam-se as lavras era desigualmente distribuídas. Ao sul, São João e São José del Rei situavam-se nos campos igualmente propiciadores de agricultura e pecuária vigorosas. Mariana, Ouro Preto, Sabará e Caeté, nas ‘minas gerais’ originais, nas cristas do Espinhaço, pareciam confirmar o que o informante de Antonil dizia sobre seus solos *esterilíssimos*. Pareciam, porque as circundavam terras abundantes em aguadas. Pitangui era um ponto em meio à zona curraleira, e mesmo o Serro parecia, até a descoberta dos diamantes, uma rancharia no meio do caminho da Bahia para as ‘minas gerais’. O Tijuco alterou profundamente o ambiente do trecho do Espinhaço banhado pelo Jequitinhonha. A orografia e a geologia, contudo, eram aí muito próximas das de Mariana e Ouro Preto. Minas Novas, último quinhão do circuito aurífero, esparramava-se pelos vales dos afluentes do Jequitinhonha, noutro tipo de relevo e clima.

2. OS SERTÕES

Primeira questão a vencer: o conceito de sertão. Apesar de sua etimologia problemática (<*desertanu), mas conotadora de uma de suas características intrínsecas, a história de seu uso é obviamente a história da percepção da sua natureza. O sertão é uma invenção portuguesa: para lá das costas ao longo das quais navegavam, as terras eram *sartaam*, conforme a presumível primeira

ocorrência do termo no diário da viagem de Vasco da Gama (MACHADO, 1967). *O sertão era outro mar ignoto* (FAORO, 1991: 154). A etimologia proposta encerra muito de verdadeiro. Este sumário primeiro significado manteve-se até os inícios do século XVIII nas doações e forais de capitanias hereditárias (LEME, s.d.: 77-8/154-5; DH, 79: 170-87 [1675]; DH, 91: 16-7 [1733]). No princípio do século XVII, Diogo de Campos Moreno (1955 [1612]: 147) resume-lhe os atributos: *terra nova, remota e fronteira*.

Do sertão genericamente oposto à costa pelos navegadores portugueses, o termo passou a ser empregado na identificação dos *diversos sertões do interior do continente* (VILHENA, 1921-2, II: 266). O sertão passou a ser então de lugares, conforme mapeou Ceres Melo (1988: 296-300). Sertão [do rio] de [São Francisco a]cima, sertão [do rio] de [São Francisco a]baixo, sertão de dentro [da Bahia], ou de fora — isto é, da margem esquerda do rio São Francisco. De lugares, mas também dos seus habitantes: sertão dos guaiases, dos carijós, dos araxás; e dos seus rios: sertões do Paracatu, do rio Grande, entre outros (MACHADO, 1975: 236-9). A percepção da sua pluralidade e variedade obriga à precisão topográfica: o vocabulário dos navegadores substituiu-se ao dos conquistadores e colonizadores de terra firme, além da costa. Era, por isso, também um ponto cardeal. Havia uma “parte do sertão” como havia “partes do sul” (BN, Div.Mss, 15, 2, 35; doc. 5).

Contudo, à diversidade de denominações sobrepõe-se a unidade de caracterização. Os sertões foram de início percebidos pelos paulistas que os penetravam como *lugar de risco e perido, terra de inimigos bichos mui indômitos, desertos e miasmas, febres e peçonhas*. Eram, por isso, considerados *limites*, povoados pelos índios (MACHADO, 1975: 224-9/236); o sertão é a terra de fora (ib.), “outland”; o “hinterland” só viria a ser inventado pelos alemães nos fins do século XIX. Inversamente, para os índios, o sertão é a *terra de dentro*, “inland”, fora da qual morava o perigo (MOREAU, 1979: 96). *Incultos, ermos, indignos, abomináveis, sem comércio de outras criaturas racionais* (Ofício, 1757). Daí, talvez, o incômodo sentido pela proprietária da fazenda Sobradinho, a quatro léguas e meia de Paracatu, indagada por Saint-Hilaire sobre se sua fazenda pertencia ao sertão. Ao negar, completou que *o deserto* era mais além. Todavia, malgrado seu aspecto medonho, esta terra de possibilidades contraditórias foi de fato durante bom tempo o *centro solar do mundo colonial*. *Gravitavam-lhe em torno, escravizados à sua influência* porque lhes acenava *com a miragem da riqueza fácil e imediata (...) nas florestas abundantes de índios predestinados ao cativeiro, nas minas resplandcentes de gemas e metais (...)* (MACHADO, 1929: 223-4). Daí eles assinalarem que buscar o sertão era *buscar a sua vida, o seu modo de lucrar, o seu remédio* [para a sua pobreza] *e para as suas irmãs* (MACHADO, ib.: 225). Lucas Ortiz de Camargo resume: *ir buscar remédio no sertão que é o*

trato ordinário desta terra (CMSP, Atas, 7: 92). Porque *aquele cuja muita pobreza não lhe permite ter quem o sirva se sujeita a andar muitos anos pelo sertão em busca de quem o sirva, do que servir a outrem um só dia*, conforme explicava Antônio Pais de Sande em 1692 (SALVADOR, 1978: 99). Do desconhecimento do que eles continham advinham as vertigens: o narrador da expedição de 1697 do Capitão-mor Marcelino Coelho informava que *entre os embarços que então teve [o Capitão-mor] foi um dos grandes estrondos que ouviram naquela serrania, de que o gentio aterrorizado ou pelos agouros e abusos que neles é ordinário, protestaram que se iam à serra, que morriam todos; e o mesmo vigário [da Jacobina que os acompanhava] me disse foi tal o estrondo das serras uma noite de estouros que davam, e vulcões de fogo, que as precisou mudar de rancho àquelas mesmas horas, e a largar o sítio em que estavam* (BN, Div.Mss., 15, 2, 35; doc. 5). O mesmo narrador explicava que o rio Verde tem este nome porque *as ervas que dentro delas se criaram o são também; e até o peixe ali é verde*.

À orientação geográfica que seu significado original encerrava, seguiram-se outras, de escopo demográfico e econômico. Mas continuou a guardar a comparação: costas, engenhos, vilas, minas continuaram a se opor aos sertões.

No final do século XVII, a descoberta do ouro determinou a mudança para a sua significação atual, em Minas Gerais, destacada por Saint-Hilaire (1938: 14) – *imensa região de fraca população*; e por Vieira Couto (1904: 111) – *região afastada das povoações das minas, com o rio São Francisco a correr-lhe pelo centro*. Na prática, o sertão da Capitania de Minas Gerais recobria principalmente a zona curraleira, o “sertão dos currais”. Mas outros havia, cuja característica dominante até o início do século XIX era o de ser *povoados de diversas nações de gentios* (RAPM, 2 (3): 483). Até 1814, os assentos de batismo da atual cidade de Rio Pomba, na Zona da Mata, eram abertos com a fórmula referindo os “sertões dos rios da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos”. Uma descrição do sertão do rio das Mortes dá conta de que nas suas margens *vive quando muito algum paulista ou mumaluco que passa com o palmito do mato e peixe do rio* (RAPM, 14 (2): 438). A densidade demográfica (fraca) tornou-se sua característica dominante. Os paraenses igualmente chamavam de “sertão do Amazonas” o vasto território a oeste exclusivamente habitado *por tribos de índios muito espaçadas, entre as quais nenhuma família européia tomou pé* (SPIX, 1981: III, 97). Nessa região, ainda se fazia a distinção entre as povoações da “costa” e as do “interior do continente” [do Pará] (RIHGB, 150 (364): 477).

Desse modo, o conceito último foi ao encontro da sua etimologia provável, o ‘desertão’ circunscreveu-se por fim à zona da caatinga e do semi-árido nordestino. Voltou a referir uma diferença geográfica/demográfica *que existia*

antes da chegada dos portugueses (IBGE, 1958: 15), e à qual os próprios tupis chamavam “Borborema” (pora-pora-yma, ‘desabitado’). Ela corresponde hoje à região do polígono das secas. Portugal não tinha também um *norte pletórico* e um *interior deserto* (HESPANHA & SANTOS, 1992: 395)?

Para o norte, a partir do município de Corinto, “portal do sertão mineiro” tendo o rio São Francisco a correr-lhe pelo centro, espraia-se pelo Nordeste, limitado a oeste pela floresta amazônica, e a leste pela costa. Euclides da Cunha encontrou-o já demarcado, e descreveu-lhe a fisionomia original: flora agressiva, secas periódicas, solo estéril, crespo de serranias desnudas (1954:93). Periódicas as secas e as migrações delas deviradas. Em 1612, Campos Moreno já observava que *as terras deste Estado [do Brasil] e os filhos delas naturalmente são variáveis, elas em produzir e eles em as habitarem; porque, como das maiores ou menores chuvas sucedam mais ou menos novidades, ou mais abundâncias em umas que em outras partes, ao modo dos aduares da África, tratam estas gentes de se mudar de uns a outros lugares* (op. cit.: 108).

Não obstante, além da ‘soledade’ que a ‘vastidão deserta’ impunha aos sertanejos, havia o meio ambiente, que aí *cercou o homem de muitos inimigos*, como as onças e as peçonhas (SPIX, 1981, II: 75/82/85). As estradas ofereciam o perigo suplementar dos salteadores. Em 1730, o comerciante baiano Bento de Araújo e Souza lavrou seu testamento antes de seguir viagem para o sertão do Rio de Contas *por temor do que lhe viesse a ocorrer entrando nele*. Dois anos depois, outro comerciante, o Capitão Dionísio da Costa Pinheiro, *querendo fazer uma viagem para as minas [do Rio de Contas] e temendo da morte*, teve a mesma atitude. Ambos sofreram idêntico infortúnio de ser assassinados enquanto viajavam (testamentos constantes dos inventários de ambos, APMRC). Em 1757, o pároco da freguesia de Jeremoabo relatava que *os passageiros que se vêm obrigados a passar por ela com seus comboios, gados e cavalarias (...) o fazem com tal receio, como se houvessem de atravessar por terra de inimigos e de gentio bravo* ([2717]: 231). Spix (op. cit.: 79) encontrou os montesclarenses de 1817 *mal-afamados como brigões e por seu banditismo*, da mesma forma como nos informa Saint-Hilaire (1938b: II: 292)

Euclides da Cunha tomou-os como região isolada, e, por isso, suscetível de atavismos seculares. O mesmo caráter de isolamento aos sertões nordestinos Ceres Melo realçou como responsável pelas permanências seculares dos hábitos quotidianos derivada da morosidade nas comunicações.

De fato, num relance, as grandes distâncias que impunham dificuldades e incômodos nas viagens longas parecem amortecer as ondas de mudanças a partir de epicentros litorâneos irradiadores das inovações técnicas estrangeiras. As distâncias entre os ermos só podiam ser vencidas em semanas cansativas, dadas as

condições objetivas dos animais de tiro e carga e dos homens. Os ritmos do sertão parecem assim mais lentos. Seu tempo parece limitar-se às permanências da longa duração. Mas é uma aparência, porque, a rigor, o sertão não estava isolado. No espaço econômico da mineração muitos eram seus caminhos, e talvez, o que fosse mais comum, mais numerosos ainda seus ‘descaminhos’, o que contraria mais firmemente seu isolamento. Havia rotas usadas no transporte do gado e as viagens regulares dos mercadores para o sertão, mesmo que alguns desses percursos regulares estivessem restritos a uns poucos tropeiros e comboieiros de gado. Nem se mencione a própria transumância em que viviam os sertanejos nordestinos, espécie de tuaregues brasileiros. Na realidade, a distância pouco importou. Oitenta léguas em nada impediram a intensa circulação quotidiana de mercadorias entre o Rio de Janeiro e as minas, ex-“sertões dos Cataguá”. Não é a distância que isola, como queria Oliveira Torres com as suas ‘civilizações em conserva’. Não é a distância que torna morosos os caminhos, lenta a circulação. É a pobreza. Os sertões que encontraram a etimologia presumida continuaram a existir como tais em razão da sua característica econômica mais intrínseca — sua miséria. Ou, dito com mais rigor, o sertão, visto no conjunto do espaço econômico da mineração é uma das regiões de circulação menos intensa por não dispor de produção econômica com demanda equiparável a outras. Relativize-se igualmente o armamento. Teodoro Sampaio já advertia, em 1879, que *o deserto é apenas aparente. O Brasil (...) é mais habitado do que se pensa e menos rico do que se presume* (RIHGB, 167: 319). De fato, já em 1698, uma consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia referia *a forma e numerosidade dos seus habitantes, que nascendo neste Reino [de Portugal], enteados da fortuna, pelo desfavor, com que lhes negou na pátria subsídio para alimentar a vida, se embarcam cada ano nas frotas do Porto e de Lisboa (não falando em muitos que também vão das ilhas) e todos fazem um tão excessivo cômputo só de passageiros, que não haverá ano, em que não cheguem a mil e em alguns a muitos mais*. E explicava mais adiante que, como a costa já não os podia comportar, passavam quase todos *a buscar a vida nos sertões, cuja amplíssima grandeza e franca fertilidade da terra facilita, sem o menor custo, o sustento*. E, como Teodoro Sampaio, advertia que *não nasce de os moradores serem poucos senão de serem as terras tão prolongadamente vastas, de que não decorria avultar a situação em povos, sem embargo de serem os povoadores muitos mil*. (ABN, doc. núm. 344) Os mil e duzentos quilômetros que separam a prata de Potosi do mercúrio de Huancavelica não impediram a articulação imprescindível entre ambas as áreas. Articulação em lombo de burro. E ao contrário, a parcas quinze léguas de Paris, Goubert encontrou no Beauvaisis *un pays vieillot, traditionnel, assez isolé*, cujos habitantes viviam *comme aux siècles passés, au hasard des toutes puissantes*

intempéries, au train lent des chevaux et des charrettes, une agriculture de type ancien, presque immobile (1968: 172-3). No Brasil, Magalhães Correia não estudou *a duas horas do palácio Monroe*, na cidade do Rio de Janeiro, o sertão carioca? (RIHGB, 167).

Sobre a forma de ocupação dos sertões mineiros nos fins do século XVII, há dois relatos, ambos de 1681, sobre a feitoria instalada no Sumidouro por Fernão Dias Pais, em suas buscas pelas esmeraldas. Francisco João da Cunha, apontador e ajudante de ordens da administração geral das minas, declarou numa carta que encontrara no Sumidouro *abundantemente criação e mantimentos de toda sorte que o deixara maravilhado e muito contente por ser naquele deserto necessário para o sustento e muito importante para o serviço* (doc. n.º. 1459 do AHU/BN in: RAPM, 20: 166-7). A mesma descrição é dada por D. Rodrigo Castelbranco, Provedor das Minas nessa época, que disse encontrara nesse lugar *abundância de milho e feijão e princípio de mandioca, como também criação de porcos* (doc. 1457 do AHU/BN in: RAPM, 20: 162).

Ora, ambos os relatos são interessantes por destacarem as providências iniciais para a ocupação do solo em áreas até então desconhecidas. A base da alimentação dos mineiros já estava aí presente: milho, feijão e carne de porco. Os dois primeiros, pela rapidez e volume possível da colheita, e o segundo, pela facilidade de transporte e capacidade de produção não só de carne, mas também de gordura para o cozimento dos alimentos. A primeira resistência do meio pôde assim ser vencida graças à organização dessas *feitorias*, ou postos avançados que garantiam ao ocupante certa tranqüilidade para a construção de outras benfeitorias em sua propriedade.

Da porção de Minas que até hoje conservou-se sertaneja, ficaram-nos descrições tardias, da segunda metade do século XVIII e início do XIX, mas de qualquer modo, importantes.

Partindo de uma visão exagerada, sem dúvida, uma memória de 1791 assinalava que o sertão do rio São Francisco, *se não fora infestado da grande epidemia das sezões, no tempo das vazantes dos rios, que ordinariamente padecem seus habitantes todos os anos, seria o paraíso do mundo* (RAPM, 2 (3): 467). Esta mesma memória situava no Rio Pardo um *sertão fertilíssimo de gado, caças e pescas, de sorte que os seus habitantes são socorridos de tudo quanto é preciso para passar a vida com muita abundância* (Id.: 482). Essa fertilidade dos sertões assinalou-a também Vieira Couto (1905 [1801]) e a **Idéia** de 1774: *nestes lugares há sempre muita caça e abundantes frutos silvestres: entre as casas, há uns veados*. Numa representação ao governo português, o *sertão intermédio do rio de São Francisco e do Paracatu* era descrito como terra de *grandes que pela bondade e largueza das suas pastagens, podiam fazer renascer a antiga idade em que a*

riqueza e fortuna dos primeiros povoadores do mundo consistia só na criação dos seus rebanhos (RAPM, 1912: 258). O Julgado da Barra do Rio das Velhas era tomado como *terra de negócio, aonde concorrem muitas embarcações, carregadas de sal, e couros de toda qualidade, vindos dos sertões de Pernambuco e Bahia, pelo rio de São Francisco acima* (RAPM, 2 (3): 467). Importava-se o sal da região de Juazeiro para Goiás, Paracatu, Serro, Minas Novas, Rio de Contas, Jacobina e todos os sertões vizinhos, que conduzem-no pelo rio acima em muitas barcas, e canoas grandes de velas, e pela terra dentro, em cavalgadas (Idéia, 1774: 62). As descrições do primeiro quartel do século XIX são mais numerosas e mais detalhadas quanto aos aspectos demográficos e econômicos, muito especialmente no que diz respeito aos mercados regionais. Contudo, estas descrições lisonjeiras devem ser mais detidamente avaliadas na seção correspondente à circulação interna e aos mercados econômicos regionais. Por ora, para esta primeira aproximação, bastam-nos as descrições tardias, dos princípios do século XIX.

Começemos pela Bahia, ou melhor, pelo que então era território da capitania de Pernambuco: a margem esquerda do rio São Francisco, do então arraial, hoje cidade de Carinhanha, às margens do rio com o mesmo nome, até a divisa com o Piauí, próxima à atual cidade de Xique-xique. Esta área correspondia ao termo da vila da Barra, hoje cidade. Em 1826, esta vila tinha uma população estimada em pouco menos de sete mil habitantes, o que implica numa densidade demográfica baixíssima (RAPM, 4). Carás, mandiocas e inhames como o pão ordinário, e peixe o alimento principal. Arroz, feijão, café, açúcar, toucinho e rapaduras eram importados de Pitangui, Januária e Goiás. O gado *vacum* em alguma quantidade e o pouco cavalar constituíam a riqueza da região, e eram exportados para a Bahia. Dois mil bois e trezentos cavalos só no distrito de Carinhanha. Havia ainda 44 engenhocas de moer canas por bois para aguardente e rapaduras. Em barcas e ajojos exportava-se sal para Januária, São Romão, e rio das Velhas. Em cavalos, exportava-se ainda o sal para Goiás (Meia Ponte), Água Quente e outras localidades, que o recebiam em São Romão, para Conceição, Almas, natividade, Carmo e Chapada, que o vêm comprar em Campo Largo e Rio Preto, trazendo em troca café, açúcar, marmelada, queijos, etc. Para Caxias, exportava-se ainda tabaco. Em relação à posse da terra, a Câmara declarou que a maior parte se distribuía segundo o *uti possidetis* dos *primi occupantes*. Para a parte dos gerais do Rio Preto achavam-se ainda terras devolutas

Vizinha ao sul, a Vila de Paracatu no mesmo ano afirmava por seu turno que todo terreno capaz de cultura estava ocupado, ou a título de sesmarias, ou por posses. E se restava algum devoluto o era ou *por incapaz de cultura, ou por infestado de gentildade, como seja o território de alguma parte da farinha podre* (RAPM, 4: 559-565). As antigas minas do Paracatu reduziam-se a faisqueiras, por

terem perecido as escravaturas das fábricas, e pela falta de águas. Este quadro nada alterava a descrição feita em 1803 por José Gregório de Moraes Navarro (RAPM, 1912: 258-60). Segundo ele, *ali não se trata da agricultura (...) porque a natureza parece que destinara aquelas terras só para a criação de gados.*

Considerada a população máxima e a extensão aproximada do termo de Paracatu em 1826 – que incluía a maior parte da margem esquerda do rio São Francisco e todo o Triângulo Mineiro (mais de 200.000 km²) – teríamos uma densidade demográfica média de 0,5 hab/km², taxa de deserto.